



Superintendência Estadual de Compras e Licitações - SUPEL

RESPOSTA

RESPOSTA À IMPUGNAÇÃO

PROCESSO DE ORIGEM Nº: 0010.410906/2019-38– SEI/RO.

REFERÊNCIA: EDITAL DE CONCORRÊNCIA PÚBLICA N. 002/2020/CEL/SUPEL/RO

OBJETO: Contratação de empresa especializada em prestação de serviços técnicos de publicidade, compreendendo o conjunto de atividades realizadas integradamente que tenham por objetivo o estudo, o planejamento, a conceituação, a concepção, a criação, a execução interna, a intermediação e a supervisão da execução externa, e a distribuição de publicidade aos veículos e demais meios de divulgação, com o intuito de atender ao princípio da publicidade e ao direito da informação, de difundir ideias, princípios, iniciativas ou instituições ou de informar o público em geral, para atender o Departamento de Trânsito de Rondônia DETRAN-RO.

EMPRESA IMPUGNANTE: M F PROPAGANDA & PUBLICIDADE LTDA, inscrita no CNPJ 05.260.502/0001/75. Impugnação (0020648524).

I - DAS RAZÕES DA IMPUGNAÇÃO

A impugnante alega que o edital em seus subitens 20.4.2. e 20.4.3 estabelecem requisitos que restringem a competitividade do certame, pois exige que as licitantes apresentem atestados de capacidade técnica de pelo menos 20% sobre o total estimado da contratação. O que segundo ela, contraria a Lei 12.232/2010, a qual apenas a exigência de possuir Certificado de Qualificação Técnica de Funcionamento obtida perante o Conselho Executivo das Normas- Padrão - CENP.

II - DO PEDIDO DA IMPUGNANTE

Em síntese, requer que o Edital seja alterado a fim de se equacionar a exigência de qualificação técnicas nos moldes do art. 4º da Lei nº 12.232/2010.

III. DA ANÁLISE DAS ALEGAÇÕES

Informa-se que empresa protocolou pedido de impugnação em tempo oportuno, obedecendo o prazo estabelecido no item 23 do edital. Relata-se ainda que o pedido de impugnação foi devidamente encaminhado à autarquia demandante a qual proferiu resposta por meio do Despacho DETRAN-ASSESPROJ (0020657546), o qual subsidiou a resposta desta Comissão.

A impetrante alega que a exigência de apresentação de Atestados de Capacidade Técnica de 20% sobre o valor estimado para contratação, prejudica a competitividade do certame, bem como contraria a Lei Federal 12.232/2010.

Do entendimento da Autarquia: O entendimento da unidade autárquica é o de a exigência estabelecida no edital respeita o interesse da Administração, a legislação vigente, bem como as jurisprudências das cortes de contas.

A Lei 8.666/1993 em seu art. 27, inciso II, apresenta a necessidade de demonstração de qualificação técnica dos interessados em contratar com a Administração, vejamos:

Art. 27. Para a habilitação nas licitações exigir-se-á dos interessados, exclusivamente, documentação relativa a:

I - habilitação jurídica;

II - qualificação técnica;

III - qualificação econômico-financeira;

IV – regularidade fiscal e trabalhista; (Redação dada pela Lei nº 12.440, de 2011) (Vigência)

V – cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal. (Incluído pela Lei nº 9.854, de 1999)

Já o art. 30 da mesma lei especificamente no inciso II deixa claro que os atestados deverão demonstrar a aptidão da licitante para a execução do objeto, vejamos:

Art. 30. A documentação relativa à qualificação técnica limitar-se-á a:

...

II - comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;

Dessa forma, a exigência de que a licitante comprove que já tenha executado serviço compatível em características e quantidades com o objeto demandado se coaduna com a legislação vigente.

A impetrante alega que, por força da Lei Federal 12.232/2010, a única exigência quanto à qualificação técnica seria a apresentação de certificado de qualificação técnica de funcionamento, obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP). Tal alegação não merece prosperar; de forma alguma a legislação específica dispõe que a única exigência quanto à qualificação técnica se dará apenas pela apresentação de tal certificado, o que ela deixa claro é que o Certificado deverá ser apresentado, mas não como documento exclusivo de qualificação técnica

Observa-se que o Edital da Concorrência Pública já dispõe desta exigência, no item 20.4.3. item III, além, é claro, da exigência dos atestados, vejamos:

20.4. Qualificação Técnica

...

III - Cópia autenticada do certificado de qualificação técnica de funcionamento de que trata a Lei nº 12.232/2010, art. 4º e seu § 1º, obtido perante o Conselho Executivo das Normas-Padrão (CENP).

Cumpri informar que a jurisprudência do Tribunal de Contas da União é cediça no sentido de aceitar Atestados de Capacidade Técnica, com base em quantitativos mínimos, desde que não ultrapasse 50% (cinquenta por cento), vejamos:

é indevido “exigir número mínimo de atestados de capacidade técnica, bem como a fixação de quantitativo mínimo nesses atestados superior a 50% [...] dos quantitativos dos bens e serviços que se pretende contratar, a não ser que a especificidade do objeto o recomende, situação em que os motivos de fato e de direito deverão estar devidamente explicitados no processo administrativo da licitação”. Precedentes mencionados na decisão: Acórdãos nºs 737/2012, 1.695/2011, 534/2011, 1.557/2009, 2.143/2007, 1.341/2006, 1.937/2003 e 124/2002, todos do Plenário e 3.157/2004, da 1ª Câmara. (TCU, Acórdão nº 1.052/2012, Plenário, Rel. Min. Marcos Bemquerer Costa, DOU de 10.05.2012, Informativo nº 104, período de 16 a 20.04.2012.) (ZÊNITE, 2018.)

Por derradeiro, informa-se que o objeto demandado - Serviço de Publicidade, requer um alto nível de conhecimento técnico, no processo específico do DETRAN-RO, o valor encontra-se estimado em R\$ 4.500.750,00 (quatro milhões quinhentos mil setecentos e cinquenta reais), e por um período de 12 meses, dessa forma é natural que a Administração busque contratar empresas que disponha expertise técnica para execução do serviço, sendo totalmente plausíveis as exigências estabelecidas no edital.

Ante todo o exposto, não damos razão ao pedido da impugnante, mantendo-se inalterada a exigência editalícia quanto à qualificação técnica.

Porto Velho, 15 de setembro de 2021.

EVERSON LUCIANO GERMINIANO DA SILVA
Presidente – CEL/SUPEL

KAREN QUETERIN M. DE FREITAS
Membro Substituto - CEL/SUPEL

BRUNA GONÇALVES APOLINÁRIO
Membro - CEL/SUPEL



Documento assinado eletronicamente por **Everson Luciano Germiniano da Silva, Presidente**, em 15/09/2021, às 10:29, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Bruna Gonçalves Apolinário, Membro**, em 15/09/2021, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Karen Queterin Menezes de Freitas, Membro**, em 15/09/2021, às 10:30, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no artigo 18 caput e seus §§ 1º e 2º, do [Decreto nº 21.794, de 5 Abril de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [portal do SEI](#), informando o código verificador **0020671497** e o código CRC **4F679489**.

Referência: Caso responda este(a) Resposta, indicar expressamente o Processo nº 0010.410906/2019-38

SEI nº 0020671497